10.228.507/0001-50

PLANO DE TRABALHO

COMUNIDADE TERAPEUTICA EMANUEL - COTEREM

1 - Dados Cadastrais

Órgão /Organização da Sociedade Civil COMUNIDADE TERAPEUTICA EMANUEL - COTEREM				CNPJ: 10.228.507-0001-50
Endereço: Sitio Mata Cavalo, s/nº - Zona Rural				
Cidade MARIANA	U.F. MG	CEP 35.427-899	Telefone (31)995800510	Email coterem2021@gmail.com coteremfinanceiro@gmail.com
Nome do Responsável José Geraldo Coura	CPF 922.040.826-00	C.I. MG5 893 733		CARGO Presidente
Endereço do Responsável Avenida Geraldo da Cunha, 21, Bairro São José Mariana- MG		CEP 35.426-094		Telefone de Contato (31) 984806044

2 - Descrição do Projeto/Objeto

Título do Projeto: Gestão de Ativos e Recursos (GAR)	Período de execução: Junho a Junho de 2026
Vinculação Legal: Secretaria de Saúde	Unidade administrativa de Apoio: Secretaria de Saúde
Identificação do Objeto: Custeio do custo fixo variável do Projeto: COTEREM – Abraçando a Vida	
Justificativa da Proposição: A proposta é utilizar os recursos indicados através de Emendas Impositivas, pelos Vereadores: Ediraldo:R$46.000,00 Fernando Sampaio: R$50.000,00 Jose Sales: R$30.000,00 Juliano Vasconcelos: R$30.000,00 José Antunes: R$30.000,00 Marcelo Macedo: R$20.000,00 Ronaldo Bento: 30.000,00 Mauricio: R$100.000,00 ...para garantir as despesas com os Custos Fixos Variáveis, Gestão de ativos e logística do Projeto COTEREM, por mais um ano, junho de 2025 a junho de 2026.	
Público Alvo: Acolhidos da COTEREM	
Estimativa de Pessoas Atendidas: O termo de colaboração em vigor, pactuado com o município é de 15 vagas, nossa casa tem capacidade para até 30. Nesses quase quatro anos de reabertura já passaram pela casa 236 acolhidos, hoje temos 15 acolhidos e a expectativa é acolher o que a casa comporta e aumentar esse limite em 10% para 2026. Lembrando que o tratamento é de 6 a 9meses de entrada e permanência voluntária.	

10.228.507/0001-50

3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso

Etapa 1: Custo Fixo Variável – Projeto COTEREM- Abraçando a Vida. **Etapa 2:** Gestão de Ativos e logística	
Prazo de Execução	Valor do Investimento
12 meses: Junho de 2025 a Junho de2026	**R$336.000,00**

4 – Descritivo das Despesas

Espécie	Valor do Investimento
1- Alimentação, higiene pessoal e limpeza	R$137.000,00
2- Infraestrutura: gás, luz, telefone, internet	R$18.888,00
3- Capacitações: cursos, palestras, simpósios e etc.	R$36.000,00
4- Oficinas: horta, artesanato e cuidado com os animais	R$12.000,00
5- Aluguel da Caminhonete	R$78.000,00
6- Combustível	R$30.096,00
7- Contador	R$18.216,00
8- Gestão de ativos e logística operacional: Manutenção do Carro Parati, material de escritório, utensílios de cozinha, Desratização, dedetização e etc.	R$ 5.800,00
TOTAL	R$336.000,00

5 – Objetivos, Metas e Resultados

Objetivos:

1. **Alimentação/itens de higiene pessoal e limpeza:** Alimentação item essencial ao programa em regime de acolhimento residencial, além de ser um item de necessidade básica. São praticadas seis refeições diárias: café da manhã, lanche da manhã, almoço, café da tarde, jantar e ceia. Para a estimativa de custo levou-se em conta a pesquisa do valor mínimo de refeição praticado na região, o custo efetivo gasto em 2024, além de impingir o custo com materiais de higiene pessoal e limpeza. Vale ressaltar que esse custo é volátil pois o ingresso ao tratamento ocorre de forma voluntária e sazonal, além disso o ajuste feito no custo apresentado só foi possível levando-se em conta as doações recebidas e outras ações administrativas e solidárias.

2. **Infraestrutura**: Serviços e insumos necessários e indispensáveis para o desenvolvimento e condução do Programa.
   Consideramos como infra estrutura os seguintes itens: Luz, Internet, Gás, Plano de telefonia, custos na planilha em anexo
   Obs: Aqui vale ressaltar que com a implantação da Energia Fotovoltaica, recurso de emenda impositiva, foi possível uma economia de mais de 93%.

3. **Despesa com capacitações:** cursos, palestras, simpósios, reuniões e treinamentos: A capacitação e constante aprimoramento das habilidades profissionais, são componentes fundamentais para a sustentação do programa de tratamento proposto. Por se tratar de uma área de atuação muito

complexa existem poucos profissionais certificados no tratamento de substâncias psicoativas no mercado da nossa região, necessitando constante capacitação e aprimoramento no manejo.

4. **As oficinas:** estão ligadas diretamente ao "Programa terapêutico", são atividades de auto cuidado e sociabilidade, incluindo atividades manuais, intelectuais artesanato, esportivas, plantio, horta e cuidado e manejo dos animais. Tem a finalidade de trazer de volta ao dia a dia dos acolhidos pequenas habilidades perdidas pelo uso de substâncias psicoativas, bem como desenvolver o convívio em grupo, a organização, pontualidade e a responsabilidade. Pontos fundamentais na reeducação pessoal e fomentar sua reintegração social e familiar. Desta forma, o material e a quantidade, será adquirido mediante a solicitação devidamente motivada.

5. **Aluguel de Caminhonete:** Manutenção do contrato de locação vigente com a empresa qualificada na prestação de serviço e aluguel de veículo 4x4. O aluguel é necessário devido a COTEREM não dispor de recursos para aquisição e manutenção de veículo próprio, além das condições precárias do percurso. Cabine dupla foi a opção encontrada para o transporte da Equipe, já que não há transporte coletivo, também é através da mesma que é feita toda manutenção/abastecimento da casa e segurança dos internos, atendimentos à saúde e caso haja necessidade de urgências. O valor proposto é para 12 meses e dentro da pesquisa de preço na região se mantém como o mais em conta dentro das especificações que o trajeto exige.

6. **Combustível:** Manutenção financeira para abastecimento de combustível do carro, meio de transporte para os profissionais, assistência aos acolhidos, abastecimento da casa, e etc. O valor apresentado leva em conta o preço praticado no mercado de Postos de Combustíveis de Mariana nesta data. Após início das atividades verificamos que para atender as necessidades da casa, o carro perfaz um total de 2926km mês, em média

7. **Custos Assessoria Contábil**: Manutenção do contrato em vigência com empresa qualificada na prestação de serviços contábeis, empresa essa que já vem prestando serviços desde agosto de 2022, com valores praticados no mercado.

8. **Gestão de ativos e logística:** Propõe uma visão holística que considera as necessidades e os principais aspectos de nossa organização desde a manutenção do veículo, segurança e gestão administrativa. Alocando de forma eficaz esses recursos.

Metas:

De acordo com os objetivos da COTEREM tem-se como metas:

- ✓ oferecer serviço de prevenção e tratamento, sociofamiliar e terapêutico especializado ao maior número de pessoas dentro do Município de Mariana que sofrem com a dependência de substâncias psicoativas, que procurem a COTEREM de forma voluntária e estejam dentro do perfil de tratamento em Comunidade Terapêutica (CT);
- ✓ Conscientizar os acolhidos que a dependência é uma doença, que não tem cura, mas tem controle;
- ✓ Resgate aos princípios éticos, morais e socias, contribuindo com as políticas de segurança do município;

10.228.507/0001-50

- ✓ Despertar o alto cuidado;
- ✓ Resgate dos vínculos (quando existentes);
- ✓ Ressocialização junto a família e a sociedade;
- ✓ Retomada ao mercado de trabalho, para uma vida digna;
- ✓ Consolidar-1e com uma das políticas públicas no enfrentamento e tratamento da dependência de substancias psicoativas;
- ✓ Torna-se referência na região dos inconfidentes em tratamento de dependência de substâncias psicoativas.

Resultados Esperados:

O que se espera, após os nove meses de tratamento, é que o acolhido perceba os efeitos da droga em seu corpo, em sua família, no seu trabalho e na comunidade em que vivia. A partir deste autoconhecimento, vislumbra-se que ele venha ter uma nova perspectiva de vida e principalmente que tenha condições de viver em abstinência novamente em sociedade. Uma vez, que essa doença não tem cura, tem controle.

O consumo de drogas lícitas e ilícitas tem aumentado progressivamente no Brasil nos últimos 20 anos. Dados públicos divulgados recentemente pela Universidade Federal de São Paulo mostram que para cada usuário de drogas existem quatro familiares afetados, o que totaliza 30 milhões de brasileiros, em nossa cidade de Mariana o número de usuários aumenta a olhos vistos.

A COTEREM vem com uma proposta de tratamento que inclui o indivíduo e seus codependentes, por meio de um sistema de recuperação social e resgate dos vínculos. Na perspectiva da Comunidade Terapêutica, o abuso de substancias é um transtorno da pessoa inteira. A modalidade de atendimento Comunidade Terapêutica (CT), é um modelo residencial de tratamento da dependência de substâncias psicoativas (SPA) que utiliza como método a experiência de vida e de convivência em uma cultura saudável, organizada como uma micro sociedade que provoca a participação e o envolvimento deste e nesta cultura.

A partir de programas específicos como o que a CT oferece para orientar os familiares, intenciona-se facilitar o conhecimento das famílias em termos dos princípios da prevenção ao uso de substâncias. Na realidade os familiares devem ser os primeiros "agentes de prevenção" ao uso de qualquer substancia, principalmente as licitas com o álcool e o tabaco, além disso ter conhecimento de estratégias de desestímulo ao consumo.

Palestras e formações nas escolas, pastorais, grupos de Alcoólicos Anônimos (AA), grupo de Narcóticos Anônimos (NA), Al-Anon, Amor- Exigente (AE) estão dentro desse programa.

Na aplicação de gestão de ativos e logística operacional buscamos redução e otimização dos custos, aumento da eficiência, melhoria na segurança, melhoria na organização dos processos, segurança e melhoria na qualidade de vida dos acolhidos e dos colaboradores.

6 – Destinação dos Bens Duráveis Remanescentes

Não se aplica

7 – Responsável pela Prestação de Contas

Nome do Responsável	CPF	C.I.	Cargo
Gilvânia Beatriz da Silva	745.715.166-49	745.715.166-49	Auxiliar Financeiro

Comissão ... Folha: 30 ... Município de Mariana MG

10.228.507/0001-50

Endereço do Responsável: Rua 9 de julho, nº156, Vila Maquiné – Mariana – MG	CEP 35 425-49	Telefone de Contato (31) 984834223

8 - Documentação

(X) Estatuto da Entidade
(X) Cartão de CNPJ
(X) Quadro Diretivo da Entidade
(X) Certidão de Regularidade Fiscal (Receita Federal)
(X) Outros: Ata de Eleição da Nova Diretoria Documentos pessoais do Diretor e Tesoureiro CNES Conta Bancária Registro de propriedade

Mariana, 28 de abril de 2025

Pe. José Geraldo Coura
Diretor Presidente - COTEREM

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 035/2025

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E COMUNIDADE TERAPÊUTICA EMANUEL, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Juliano Vasconcelos Gonçalves, e a Organização da Sociedade Civil **COMUNIDADE TERAPÊUTICA EMANUEL**, entidade sem fins lucrativos, com sede No Sitio Mata Cavalos Zona Rural, Município de Mariana/MG, CEP 35427-899, inscrita no CNPJ sob o nº 10.228,507/0001-50, neste ato representado por seu representante legal Pe. José Geraldo Coura, portadora do CPF nº 922.XXX.826-XX e RG nº MG-5.XXX.733 SSP-MG, doravante denominada OSC, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO,** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, Decreto Municipal 12.163 de 10 de fevereiro de 2025; Emenda Parlamentar Impositiva à Lei Municipal nº 3.825, de 26/12/2024 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2025. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 4656/2025, relativo ao procedimento de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA à OSC com o propósito de contribuir para a custeio diversos do **Projeto COTEREM Abraçando Vidas,** definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar- lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR: Juliana Santos da Silva; Eliane Cristina Damasceno Coleta; Kelen Cristina Ramos de Freitas.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.6

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 001, de 07/01/2025 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE na dotação orçamentária nº **07.001.10.301.0024-2.652.335043 0000 ficha 160**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **18 de junho de 2025** e terá vigência até **17 de junho de 2026**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso de o cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, responsável pela parceria, verificará a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE:

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei n° 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreciar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de reponsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

10.6 – A prestação e contas deve obedecer, no que couber, o que diz o Decreto Municipal 12.163 de 1 de fevereiro de 2025, especificamente nos artigos 18 e seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 – Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 – A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana,18 de junho de 2025.

Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal

Marilene Romão Gonçalves
Secretaria Municipal de Saúde

Pe. José Geraldo Coura
Comunidade Terapêutica Emanuel

Testemunhas:

1 - _____
NOME/CPF

2 - _____
NOME/CPF

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

JOSÉ GERALDO COURA, portador do CPF nº 922.XXX.826-XX e RG nº MG-5.XXX.733 SSP MG, com endereço comercial no Sitio Mata Cavalos –Zona Rural – Mariana – MG., CEP 35427-899, na condição de representante legal da OSC **COMUNIDADE TERAPEUTICA EMANUEL**, CNPJ nº 10.228.507/0001-50, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI:

a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da conta bancária, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 18 de junho de 2025.

Pe. José Geraldo Coura

Pe. José Geraldo Cousa
Comunidade Terapêutica Emanuel